

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**Secretaria de Controle Externo no Pará
1ª Divisão Técnica**EXAME PRELIMINAR****TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**

ÓRGÃO INSTAURADOR SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO –SPPE/MTE	TCN° 011.940/2012-3
DOMINGOS ANCHIETA DE PAULA LOPES – Diretor Executivo da FADEX à época dos fatos ÍTALO CLÁUDIO FALESI – Presidente da EMATER/PA à época dos fatos SULEIMA FRAHIA PEGADO – Secretária Executiva da SETEPS/PA à época dos fatos EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ – EMATER/PA FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL – FADEX à época dos fatos	017.167.512-68 000.481.782-68 049.019.592-04 05.402.797/0001-77 04.454.196/0001-45

1. PEÇAS EXIGIDAS (art. 4º – IN nº 56/2007)

a – Ficha de qualificação do responsável	Peça 4 - Fls. 364/368
b – Cópia integral do processo de transferência de recursos acompanhado, se for o caso, pela respectiva prestação de contas	Peça 5 - Fls. 23/27
c – Demonstrativo financeiro do débito	Peça 4 - Fls. 271/372
d – Relatório do Tomador de Contas	Peça 5 - Fls. 96 e 90/95
e – Certificado de auditoria emitido pelo órgão de Controle Interno competente, acompanhado do respectivo Relatório	Peça 5 - Fl. 98
f – Pronunciamento do Ministro de Estado ou autoridade equivalente	Peça 4 - Fls. 123/131, 133/141, 143/150, 152/160, 162/170, 374/382, 384/392
g – Cópia do Relatório da Comissão de Sindicância ou de Inquérito (se for o caso)	Peça 5 - Fls. 3/11, 13/19 e 21/29
h – Cópia das notificações da cobrança expedidas ao responsável	
i – Notificação à entidade beneficiária, no caso de omissão no dever de prestar contas de convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos similares	
j – Outros elementos que contribuam para a caracterização do dano e da responsabilidade	

2. SITUAÇÃO

1 ☒ A Tomada de Contas Especial está devidamente constituída com as peças acima relacionadas, que estão em conformidade com o art. 4º da IN/TCU nº 56/2007, encontrando-se em condição de ser instruída. 2 ☐ Ausente na Tomada de Contas Especial a peça exigida pela IN nº 56/2007, enumerada na alínea ... desta folha, propomos sua restituição à origem para fins de complementação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados de seu recebimento pelo órgão/entidade responsável pela instauração, devendo-se, ainda, cancelar a autuação provisória do processo. 3 ☐ O valor do débito é inferior ao limite fixado na IN/TCU nº 56/2007 para encaminhamento imediato da TCE ao Tribunal para julgamento (R\$ 23.000,00), razão pela qual propomos o cancelamento da autuação provisória do processo e a devolução para arquivamento dos autos no órgão ou entidade de origem, de acordo com o que dispõe o art. 5º, § 1º, inciso III, da IN/TCU nº 56/2007.	
LOCAL/DATA TCU/Secex/PA, 25 de abril de 2012.	RESPONSÁVEL PELO EXAME Eliana Maria Campos TFCE – Matr. 0424/3